



**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.068, DE 6 DE SETEMBRO DE 2021**

Dispõe sobre a Medida Provisória nº 1.068, de 6 de setembro de 2021, que altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 e a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

**EMENDA MODIFICATIVA Nº , DE 2021.**

**(Do Sr. Paulo Ganime)**

Altera-se o § 1º do artigo 8º-C da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º Considera-se caracterizada a justa causa nas seguintes hipóteses, **entre outras (...)**

**JUSTIFICAÇÃO**

Os termos de uso e equivalentes têm como objetivo definir o objeto e as regras de utilização dos serviços de aplicações de internet por meio de contrato entre as partes. Por meio de seus dispositivos os provedores de aplicações de internet podem moderar o conteúdo veiculado em seus ambientes digitais, para garantir a preservação da harmonia do espaço público virtual, a segurança e a legítima expectativa dos usuários

Essa é a única forma de assegurar a liberdade de expressão individual e garantir a proteção de sua esfera coletiva. Ademais, a moderação de conteúdo também tem como fundamento a livre iniciativa, a autonomia privada e a preservação da relação contratual existente entre usuários e redes sociais. Por meio da garantia da liberdade da plataforma para moderar o conteúdo em desacordo com suas diretrizes é protegido o seu direito à escolha dos meios mais adequados para garantir que os seus usuários não irão acessar conteúdo tóxico, potencialmente lesivo, ilícito ou abusivo.

Sala das Comissões, 09 de setembro de 2021.

**Deputado Paulo Ganime**  
**(NOVO/RJ)**



CD/21782.10687-00